



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos

164
A

Apelação Criminal nº: 000004-42.2006.8.17.0480 (0205899-1)
Comarca: Caruaru
Juízo: 1ª Vara
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Damião Daniel Aprígio da Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Procurador: Janeide Oliveira de Lima

EMENTA: PENAL. APELO MINISTERIAL. FURTO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. NÃO INDIVIDUALIZAÇÃO E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PENA. IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA REPRIMENDA IMPOSTA. APELAÇÃO DESPROVIDA. UNÂNIME.

- Quanto à pena estipulada na sentença, o magistrado atentou para todas as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP. Levou em consideração a culpabilidade, os antecedentes criminais, a conduta social e a personalidade do Apelado.
- Também fora observado que o recorrido era menor de 021 (vinte e um) anos, há época do fato, primário, possuidor de bons antecedentes e tinha as demais condições pessoais favoráveis, restando o *quantum* proporcional e dentro da razoabilidade.
- Apelação desprovida. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0205899-1, em que são partes as acima mencionadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 16 de Junho de 2014, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar o julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos**

Apelação Criminal nº: 000004-42.2006.8.17.0480 (0205899-1)
Comarca: Caruaru
Juízo: 1ª Vara
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Damião Daniel Aprígio da Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Procurador: Janeide Oliveira de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de Apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, contra a sentença prolatada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que condenou Damião Daniel Aprígio da Silva, pela prática do ilícito inscrito no art. 155, §4º, IV, do CP, à pena definitiva de 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa.

No recurso tempestivo de fls. 129/134, o Ministério Público interpõe o presente a fim obter a reforma da sentença no tocante à aplicação da reprimenda, pois segundo o *parquet*, o juiz de primeiro grau fez menção apenas às circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, em inobservância ao princípio da individualização da pena.

Contrarrazões às fls. 137/139, em que a defesa manifesta-se pelo desprovemento do Apelo.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 149/150, em parecer da Dra. Janeide Oliveira de Lima, opina pela manutenção *in totum* da sentença vergastada.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 09 de Maio de 2014.

Des. Fausto Campos

Relator



JS9

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos

Apelação Criminal nº: 000004-42.2006.8.17.0480 (0205899-1)
Comarca: Caruaru
Juízo: 1ª Vara
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Damião Daniel Aprígio da Silva
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Procurador: Janeide Oliveira de Lima

VOTO

Extrai-se da inicial acusatória que no dia 02.01.2006, por volta das 04h, no Sítio Serrote dos Bois, zona Rural, neste município, o denunciado, juntamente com o adolescente Edson da Silva, conhecido por "Velho", agindo em comunhão de ações e desígnios, subtraiu, para si, uma moto marca Honda, modelo CG 125-Titan, ano 2002, Placa KLS 4545, pertencente a Gerivaldo do Nascimento, conforme auto de apresentação e apreensão de fls. 11.

No dia do fato, o acusado e o adolescente passavam pela localidade denominada Serrote dos Bois, quando avistaram a referida moto estacionada em frente a uma residência, furtando-a.

No dia seguinte ao fato, pelas 14h, na Rua Água Belas, bairro da Boa Vista II (COHAB II), nesta cidade, averiguando um informe anônimo, policiais civis apreenderam a moto em poder do denunciado, tendo este colado fitas adesivas nas placas do veículo, objetivando alterar, grosseiramente, a placa verdadeira KLS 4545, para KES 4545, dificultando assim sua identificação.

A materialidade restou comprovada pelo Auto de Apresentação, Apreensão e termo de entrega de fls. 28/29.

A autoria foi demonstrada pelos depoimentos das testemunhas prestados às fls. 08/10 e 77/78, 102/104, 107/110 dos autos.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos

J60

Aduz o Apelante que a decisão ora questionada não individualizou a pena. Explica que para aplicar a sanção no mínimo legal, o magistrado deveria ter levado em consideração o comportamento da vítima. Insiste afirmando que o juiz só reproduziu as circunstâncias judiciais, sem fundamentá-las.

No tocante à pena estabelecida na sentença, vejo que o magistrado atentou para todas as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP. Levou em consideração a culpabilidade, os antecedentes criminais, a conduta social e a personalidade do Apelado, fixando a pena em **02 (dois) anos de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias agravantes e atenuantes.

É de se considerar também que o recorrido, na data do fato, era menor de 021 (vinte e um) anos, o que, por si só, ensejaria a redução da pena-base, o que não foi feito em virtude da pena já ter sido fixada em seu mínimo legal.

Desse modo, tem-se que razão não assiste ao recorrente, uma vez que a pena estabelecida pelo magistrado bem observou que o recorrido era menor de 021 (vinte e um) anos na época do fato, primário, possuidor de bons antecedentes e tinha as demais condições pessoais favoráveis, restando o *quantum* proporcional e dentro da razoabilidade.

Com estas considerações, **NEGO** provimento ao Apelo para manter a dosimetria da pena nos termos estabelecidos na sentença.

É como voto.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Fausto Campos

Relator



161

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 0205899-1

ORIGEM: 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CARUARÚ/PE

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: DAMIÃO DANIEL APRÍGIO DA SILVA

PROCURADORA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

REVISOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (fls.129/134), em face da sentença de fls. 123/125, que condenou o apelado a 02 anos de reclusão e 10 dias multa, pelo crime tipificado no art. 155, §4º, inciso IV, do CP.

Segundo a atrial acusatória que no dia 02.01.2006, por volta das 04h, no Sítio Serrote dos Bois, zona Rural, neste município, o denunciado, juntamente com o adolescente E. S, conhecido por "Velho", agindo em comunhão de ações e desígnios, subtraiu, para si, uma moto marca Honda, modelo CG 125-Titan, ano 2002, Placa KLS 4545, pertencente a Gerivaldo do Nascimento, conforme auto de apresentação e apreensão de fls. 11.

Narra à denúncia que o acusado e o adolescente passavam pela localidade denominada Serrote dos Bois, quando viram a referida moto estacionada em frente a uma residência, furtando-a.

Materialidade delitiva demonstrada pelos autos de fls. 28/29.

Os autores caracterizados através dos depoimentos das testemunhas prestados às fls. 08/10 e 77/78, 102/104, 107/110 dos autos.

O recorrente se insurge quanto à decisão ora questionada não individualizou a pena. Explica que para aplicar a sanção no mínimo legal, o magistrado deveria ter levado em consideração o comportamento



162

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

da vítima. Insiste afirmando que o juiz só reproduziu as circunstâncias judiciais, sem fundamentá-las.

Em relação à pena aplicada na sentença, percebe-se que o magistrado atentou para todas as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP. Levou em consideração a culpabilidade, os antecedentes criminais, a conduta social e a personalidade do Apelado, fixando a pena em **02 (dois) anos de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias agravantes e atenuantes.

O recorrido, na data do fato, era menor de 21 (vinte e um) anos, **pois nasceu no dia 22/07/85 , e em 02/01/06, ainda não completara os 21 de idade**, o que, por si só, ensejaria a redução da pena-base, **o que não foi feito em virtude da pena já ter sido fixada em seu mínimo legal.**

Sendo assim, não como mudar o que foi decidido pelo Juiz a quo, uma vez que a pena estabelecida pelo magistrado bem observou que **o recorrido era menor de 21 (vinte e um) anos na época do fato, primário, possuidor de bons antecedentes e tinha as demais condições pessoais favoráveis, restando o *quantum* proporcional e dentro da razoabilidade.**

Sendo assim, acompanhando a Douta Procuradoria de Justiça, **voto pelo improvimento ao Apelo**, para manter a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Inclua-se em pauta.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Revisor